

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS: DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFESSORAS DA EJA NO TRABALHO PEDAGÓGICO PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO

Givanilda Maria Lopes
Vívian Carla Wanderley
Dayse Cabral de Moura (orientadora)

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo apresentar os resultados de um estudo que buscou investigar como está sendo realizado o processo de inclusão na Educação de Jovens e Adultos de estudantes que possuem diferentes tipos de deficiências. A pesquisa foi qualitativa e realizamos entrevistas semi estruturadas com dez professoras regentes dos anos iniciais daquela modalidade de ensino. Buscamos indicar os desafios enfrentados pelas docentes para garantir o processo de inclusão daqueles estudantes. As docentes apontaram que a falta de formação específica, de ferramentas adequadas, recursos didáticos e material humano são fatores determinantes para que a escola não cumpra a tarefa de incluir. Contudo, apesar das garantias instituídas pelos avanços legais obtidos na Educação de Jovens e Adultos ao longo de sua história, o seu cumprimento não ocorre efetivamente, pois as instituições não têm oferecido um ambiente propício para a aprendizagem e permanência de estudantes com necessidades especiais. A escola assim, não está cumprindo o seu papel de garantir a educação como um direito de todo cidadão e continua inadequada para os(as) estudantes com deficiências.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos, necessidades especiais, inclusão escolar.

¹ Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. lopes80givanilda@gmail.com

² Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. vivian.wlima@bol.com.br

³ Doutora em Educação. Professora do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino- Centro de Educação- UFPE. mouradayse@yahoo.com.br/ Recife 2017

1. INTRODUÇÃO

Inclusão escolar "é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de lhe propiciar uma educação de qualidade" (SASSAKI, 1998).

Enquanto graduandas do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e através de experiências vivenciadas em salas de aula com professores que atuam na Educação de Jovens e adultos (EJA), percebemos a necessidade de pesquisar sobre as dificuldades enfrentadas por aqueles profissionais no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais. Além disso, constatamos que são poucos os trabalhos que abordam essa temática, fato esse que suscita a urgência em promover estudos nessa perspectiva, onde a inclusão se apresente como uma importante ferramenta para oportunizar o acesso à educação a todas as pessoas com necessidades especiais em idade escolar, ou que não conseguiram completar seus estudos no período apontado como apropriado ou o chamado "idade certa".

É importante dar enfoque aos muitos desafios que a proposta da educação inclusiva traz para o docente, discutir e refletir sua função na dinâmica pedagógica e suas possibilidades de ações, contribuindo para minimizar muitas das dificuldades vivenciadas por esses educadores. Tendo em suas mãos grande parte da responsabilidade sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos, cabe aos professores apontar as dificuldades desse processo e denunciar suas inquietações sobre a falta de condições necessárias à eficácia dessa inclusão.

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais (SASSAKI, 1998, p.8)

A opção pela escola inclusiva foi oficialmente assumida por diversos países através da Declaração de Salamanca (1994), onde consta que o direito

de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos, estando a representação do movimento pela inclusão expressa também na legislação brasileira. Através da resolução CNE/CEB n. 1/2000, em seus 25 artigos.

A Educação de Jovens e Adultos foi normatizada em âmbito nacional em todas as modalidades. A função do documento foi estabelecer diretrizes nacionais que devem, obrigatoriamente, ser observadas na oferta da EJA, nas etapas fundamentais e médias, em instituições que integram a organização da educação nacional considerando o caráter próprio desta modalidade de educação. Já a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB, nº 9.394/96), destina o capítulo V inteiramente à educação especial. Em seu artigo 37, afirma que a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamentais e médios na idade apropriada. Em seu artigo 58 diz: "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais".

No artigo 59 Da LDBE 9394/96 dispõe as garantias didáticas, diferenciadas, assegurando currículos, métodos, técnicas, organização e recursos educativos específicos para atender às suas necessidades, além de terminalidade específica para os alunos que não possuem atendimento fundamental em virtude da deficiência, educação especial para o trabalho, e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O artigo 208 da constituição brasileira especifica que: "é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", condição que também consta no Artigo 54 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Vale salientar ainda, que segundo Salamanca (1994), qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o

direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de seus filhos.

Assim, como garantia desses direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art.5º da Lei nº 853/89 diz que:

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (ECA, p.01).

A Legislação também obriga as escolas a terem professores preparados para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas escolas, com especialização em nível médio e superior para atendimento especializado. Quando necessário, o atendimento escolar especial (AEE) deve ser feito com um profissional auxiliar, como no caso de paralisia cerebral, por exemplo. Esses profissionais auxiliam na execução das atividades, na alimentação e na higiene pessoal. O professor e o responsável pelo AEE devem coordenar o trabalho e planejar as atividades, não devendo fugir do tema da aula que é comum a todos os alunos, mas adaptando-o da melhor forma possível para que o aluno especial consiga acompanhar o restante da classe. (De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 04/2009).

O professor, na educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas. Cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural (PRADO & FREIRE, 2001, p.05).

Segundo ENS (2006), ser professor hoje é ser um profissional competente para levar o aluno a aprender; é participar de decisões que envolvam o projeto da escola, lutar contra a exclusão social, relacionar-se com os alunos, com os colegas da instituição e com a comunidade do entorno desse espaço.

A preparação da escola não deve ser apenas dentro da sala de aula; alunos com deficiências físicas, por exemplo, necessitam de espaços modificados, como: rampas, elevadores (se necessário), corrimões e banheiros adaptados. Além disso, engrossadores de lápis, apoio para os braços, tesouras especiais e quadros magnéticos são algumas tecnológicas assistidas que podem ajudar no desempenho das crianças, jovens e adultos com dificuldades motoras.

O que se verifica na prática, porém, é uma ampla deficiência das escolas para receber alunos com necessidades especiais. Salamanca (1994), alerta que, no que se refere à EJA, estudos apontam que existem milhões de adultos com deficiências e sem acesso sequer aos rendimentos de uma educação básica, existindo hoje um esforço concentrado no sentido de se promover a inclusão escolar de pessoas portadoras de deficiências através de programas de educação desses sujeitos. Diz ainda, que a legislação deveria reconhecer o princípio de igualdade de oportunidade para crianças, jovem e adulto com deficiências na educação primária, secundária, terciária, sempre que possível em ambientes integrados. E que escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que fossem apropriadas às crianças com habilidades e interesses diferentes. Além disso, os educadores deveriam ser profissionalmente qualificados, através de treinamento especializado em educação especial, integrado ou precedido de treinamentos e experiências, como uma forma regular de educação de professores para que a complementaridade e a mobilidade sejam asseguradas.

Conforme ressalta Lima, 2006 espera-se que os estudo sobre inclusão escolar possam contribuir para que ocorra a compreensão daqueles que não acreditam na inclusão, trazendo o entendimento de que quem é diferente também é capaz.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo compreender o processo de educação inclusiva na EJA; analisando as concepções de educação inclusiva dos docentes que atuam nessa área, identificando como ocorre o processo de inclusão de estudantes com deficiências nessas escolas, e apontando os desafios enfrentados por aquelas professoras para garantir a

aprendizagem dos (as) alunos (as) com necessidades especiais nessa modalidade de ensino.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Diante das dificuldades enfrentadas por quem atua na área de inclusão escolar, percebe-se a necessidade de verificar como se dá a inclusão das pessoas com NEE na EJA, visto que “o que o cidadão é, tem a ver com o lugar onde se insere” (NALLIN, 1994, p.16). Esta pesquisa observou que a maioria das escolas que oferecem essa modalidade de ensino apresenta poucas alternativas pedagógicas para acolher os jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, de forma que a idéia de se tornar uma escola inclusiva fica bem distante, diante das dificuldades na inclusão escolar de pessoas jovens e adultas com necessidades especiais na EJA: “[...] a perspectiva da inclusão demanda o repensar das condições do trabalho docente e de suas dimensões” (RIBEIRO, 2003, p.41). Além disso, viu-se como o trabalho é feito de forma precária, por falta de estrutura adequada e por ter um número pequeno de professores especializados e sensibilizados com o trabalho voltado à educação de jovens e adultos na perspectiva da inclusão.

Conforme Carvalho (2014, p.01), a inclusão é um longo processo e não ocorre só por estar estabelecida em lei ou por estar em moda. Para que se possa incluir um aluno com características diferenciadas numa turma considerada comum, deverão ser criados mecanismos que permitam a ele se associar educacionalmente e emocionalmente com seus colegas, professores e artefatos do conhecimento e da cultura.

O processo de inclusão não consiste somente na permanência física desses alunos, mas também em respeitar e valorizar suas diferenças. Lembrando que não é o aluno que precisa se adaptar à escola, e sim a escola que necessita ter consciência da sua função e se colocar à disposição do aluno. Ainda segundo a autora existem alguns princípios que devem fundamentar o processo de inclusão, são eles: direito à educação, à igualdade de oportunidades, e à escolas responsáveis e com boa qualidade que tragam aprendizagem e participação, sendo responsabilidade dos profissionais da educação iniciar uma mudança nesta realidade ainda exclusiva em nossas

escolas, enxergando todos os alunos como sujeitos de aprendizagem e levando em consideração a individualidade de cada sujeito CARVALHO (2014, p.02).

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida como destinada apenas ao atendimento de alunos que apresentam altas habilidades, superdotação.

Enquanto na Constituição Federal/88 a expressão de referência é “portadores de deficiência”, os documentos posteriormente aprovados ampliam o alcance do dispositivo constitucional com uso da expressão necessidades educacionais especiais (FERREIRA, 1998). No Parecer CNE/CEB 17/01, está assim especificado:

Com a adoção do conceito de necessidades educacionais especiais, afirma-se o compromisso com uma nova abordagem, que tem como horizonte a inclusão. Compreendendo essa visão, a ação da educação especial ampliou-se, passando a envolver não apenas as dificuldades de aprendizagem relacionadas às condições, disfunções, limitações e deficiências, mas também aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos são frequentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares (BRASIL, 2001).

Há de se pensar na inclusão como a construção de "uma cultura e uma gestão democrática dos espaços escolares e educativos que, num primeiro momento acolham e, a seguir, criem condições de atenção e cuidado capazes de conquistar, seduzir aqueles que nela chegam". (Barcelos, 2006, p.43).

Sendo assim, é necessário pensar sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, com ênfase para a educação de Jovens e Adultos (EJA). Lembrando que essa modalidade não só acolhe excluídos em seu retorno à vida escolar, também recebe alunos com necessidades educacionais especiais. Um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social no que se refere ao atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos. Antes essa população era separada dos demais alunos.

Em alguns casos, a escola especial trabalhava num regime residencial e, conseqüentemente, a criança, o adolescente ou o adulto eram afastados da

família e da sociedade. Esse afastamento aprofundava mais ainda o preconceito. Hoje a legislação brasileira disponibiliza atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente em salas comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

O artigo 2º da LDB, que trata dos princípios e fins da educação brasileira, garante: "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

De acordo com o Parecer CNE/ CBE n. 11/2000 (BRASIL, 2000), a EJA tem três funções com objetivos que se complementam: na sua função reparadora o objetivo é garantir uma educação que constitua uma sociedade educada para o progresso, onde a escola deverá ser uma comunidade capaz de "olhar para o novo", eliminando preconceitos, e sendo um ambiente acolhedor e adequado a todas as pessoas, sejam deficientes ou não, devendo ser efetivamente incluídos e não apenas integrados. Já na equalizadora oferece novas oportunidades, dando mais direitos ao indivíduo e oferecendo novos caminhos para o mundo do trabalho e a vida social de cada um.

A função qualificadora citada no referido parecer tem como base o caráter inacabado do ser humano cuja potencialidade de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar aos currículos escolares ou não escolares, mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e adversidade.

A EJA, portanto, é apresentada pela sociedade como uma busca pela igualdade, que se dá pela possibilidade de efetivar o desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Em suma, a educação de jovens e adultos deve ser uma educação oportunizadora, prezando pela qualidade, e que está sempre em busca de algo novo; é essa a educação que faz a diferença.

Sendo assim, uma vez consideradas pelos projetos educacionais, as funções da EJA abrem-se como um espaço inclusivo e acolhedor para este grupo de jovens e adultos com deficiência que agora chegam às escolas

depois de anos de reclusão em suas casas ou em instituições especializadas. (OLIVEIRA, 2013 p. 473).

A pesquisa de Taveira (2008) aborda a formação docente e foca a visão dos professores perante a inclusão de alunos com deficiência na EJA de acordo com suas vivências, métodos educativos, relações sociais e seus saberes. O seu estudo mostrou que na formação dos professores do ensino regular os docentes da EJA mostram-se mais preocupados com os alunos com deficiência, tentando resolver situações e fazendo adequações curriculares em prol da inclusão.

A idéia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Assim como a diversidade, nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, ela é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros (GOMES, 2007, p. 22).

Existem diversos serviços de apoio no ensino regular, dentre eles: professores- intérpretes de língua de sinais para surdos, sala de recursos para apoio aos alunos com deficiência mental e para o enriquecimento curricular de alunos com altas habilidades- super dotação, professores de apoio permanente para alunos com graves comprometimentos de ordem física e intelectual. Esses subsídios tornam-se relevantes no sentido de se adotar uma inclusão responsável que amplia as possibilidades de reflexão e intervenção pedagógica.

Formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores (LIMA, 2002, p.40).

De acordo com o autor percebe-se a preocupação dos professores e as dificuldades diante da falta de preparo para promover a aprendizagem de

alunos com necessidades educacionais especiais. Podemos assim, enfatizar a necessidade da formação continuada para atender à diversidade e demandas dos estudantes em sala de aula. De fato, na prática, deparamos ainda com professoras despreparadas para essa realidade e com extrema falta de apoio da rede para desenvolver o seu trabalho com qualidade.

3. METODOLOGIA

O caminho metodológico do estudo foi sustentado na abordagem de pesquisa qualitativa que procura responder as questões particulares, com nível de realidade que não pode ser quantificado, quando a situação não pode ser compreendida apenas pelos dados estatísticos, pois o pesquisador qualitativo se aprofunda no mundo subjetivo das ações humanas e dos aspectos não perceptíveis (MINAYO, 2006).

A abordagem qualitativa utiliza o ambiente natural como fonte direta para a coleta de dados, interpretações dessa coleta, interpretações de fenômenos e atribuições de significados, utilizando entre outras coisas a observações.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação em áreas como a Psicologia e a Educação.

A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14). Suas características são: objetivação do fenômeno, hierarquização das ações de descrever, compreender e explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno, observação das diferenças entre o mundo

social e o mundo natural, respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos, busca pelos resultados o mais fielmente possível, aversão ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Dentro dos parâmetros da metodologia qualitativa de caráter exploratório, foi discutida a temática a partir da análise de artigos, livros e materiais disponíveis em internet, abordando as questões do currículo e práticas na Educação de Jovens e Adultos e a possibilidade da EJA como forma de inclusão social. Para isso, foram realizadas visitas para observação das práticas pedagógicas e entrevista semi estruturadas.

A entrevista semi estruturada se baseia na utilização de um roteiro de perguntas que poderão ser reorganizadas ao longo do processo de observação. Segundo Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semi estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

3.1 Dados sobre os sujeitos da pesquisa

Realizamos um questionário com dez perguntas que nos serviu com base para entrevistarmos sete professoras que lecionam nos anos iniciais da EJA, na rede municipal do Recife. Todas as docentes eram formadas em Pedagogia, se identificaram como negras e católicas, tinham idade entre 32 e 49 anos e possuíam em suas turmas estudantes com necessidades especiais.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Desafios enfrentados pelas professoras para garantir a aprendizagem de estudantes com deficiências

Os sujeitos entrevistados apontarão como um dos principais desafios para a inclusão o abandono dos familiares dos (as) estudantes com deficiências na escola. Afirmaram que:

Suj.1: "Existe de forma evidente o abandono das famílias".

Suj.2: "Não tenho contato com os familiares".

Suj.5: "Já houve necessidade de chamá-los aqui pra que juntos pudéssemos interpretar o comportamento de meu aluno, mas infelizmente, não compareceram".

Nesses relatos percebe-se que as professoras não têm o apoio dos familiares de seus estudantes com necessidades especiais, onde o discente é "jogado" na escola e cabe ao docente tentar compreender as limitações daqueles (as) alunos (as), sem ao menos conhecer suas reais necessidades.

Suj.6: "As dificuldades estão no cotidiano, elas surgem nas atividades diárias, os comportamentos inesperados e os familiares ausentes".

Suj.7: "Não conheço a família".

As professoras conhecem poucos os alunos (as) o que dificulta ainda mais interpretar e se preparar para lidar com os comportamentos inesperados que podem surgir no dia-a-dia. E o mais relevante é que todas as professoras entrevistadas dizem não terem de fato o alicerce de poder contar com as famílias de seus alunos em momentos necessários.

Outro desafio apresentado pelas professoras foi à ausência de formação específica para acompanhar os alunos (as) com deficiências:

Suj.1: "Não tenho formação específica; há quatro anos tive uma formação. Mas o professor tem que buscar estratégias para atingir os alunos".

Suj.3: "Não tenho formação específica, mas procuro adequar os saberes e construir com eles".

Suj.4: "Ideal seria professores com cursos especializados para acompanhar esses alunos com deficiências".

Analisando as respostas das docentes que atuam na EJA no que diz respeito a sua formação permite-se destacar que ainda há sinais de um passado negligenciado, o que colabora para reafirmar o lugar que é conferido a EJA nas políticas públicas educacionais. E assim, torna-se necessário que o (a) professor (a) busque sempre estratégias para ensinar.

Diante do que foi observado e relatado pelas professoras percebe-se também que existe uma grande necessidade de proporcionar ações voltadas para a formação dos docentes que atuam nesta modalidade de Educação Especial, o que deve constituir uma preocupação não apenas para instâncias formadoras, mas também para os gestores públicos que estão à frente das redes ensino. Não investir em uma formação docente específica e adequada contribui em tornar questionável a qualidade de ensino e a forma de se trabalhar a inclusão, prejudicando o cumprimento de um direito prescrito em lei.

Identificamos através das falas abaixo que um dos obstáculos que se sobrepõe e a falta de estrutura adequada:

Suj.2: “Falta uma estrutura melhor”.

Suj.3: “Falta espaço adequado para um cadeirante circular dentro da escola”.

Suj.5: “A escola não tem estrutura para receber esses alunos”.

Suj.6: “Nesta escola falta recursos materiais e humanos”.

Suj.7: “Sem estrutura fica complicado trazer um pouco de conforto a estes estudantes, a fim de deixá-los, mais tranquilos e confiantes dentro da escola”.

Diante da fala dos docentes da EJA percebemos que ainda são insuficientes os aparatos para que de fato se possam receber os (as) estudantes com necessidades especiais dentro do espaço escolar, sendo observada a falta de estrutura, poucas escolas têm acessibilidades para estes alunos, como rampas, elevadores (se necessário), corrimões, banheiros adequados, entre outras. Além de que alguns destes alunos não possuem um apoio de um profissional AEE (Auxiliar de Educação Especial) para auxiliá-los(as) nas atividades, e ainda em várias escolas faltam recursos materiais adaptados para alguns casos como apoio de braços, tesoura especial, etc,

dificultando a forma de inserir os mesmos conteúdos de modo diferenciado, na tentativa de se trabalhar os conteúdos do currículo.

4.2 Concepções de Educação inclusiva dos docentes da EJA:

As docentes entrevistadas apontaram algumas concepções de Educação inclusiva, dentre elas destacamos:

Suj.2: “Quando os alunos são inseridos nas redes regulares”.

Podemos observar na fala do suj. 2 que a inclusão parece ser compreendida para garantir apenas a matrícula de todos os alunos portadores de deficiências em escolas comuns e ignorar suas peculiaridades, mas oferecer ao docente e a escola suportes necessários para sua ação pedagógica.

Suj.1: “Que abra as portas e oportunize que faça atividades que contemplem a todos”.

Suj.3: “É a interação, à vontade, a não limitação, e eles tentarem dar o melhor”.

Suj.5: “Como esta posta a inclusão é a participação de todos os alunos nas atividades em sala de aula, mas na realidade fica difícil por que não temos apoio necessário para que a inclusão realmente ocorra”.

Então o objetivo da inclusão não exigir que seja feita a matrícula de alunos com deficiências nas redes regulares, mas trazer esses estudantes para dentro da sala de aula participando das atividades do cotidiano escolar. Concordamos com o que nos indica o suj. 5 ao denunciar que não existe o apoio necessário do poder público para que ocorra de fato a inclusão. A proposta da inclusão é a de superar as situações de exclusão, reconhecendo os direitos da diversidade e estimulando a participação na sala de aula como direito de todos.

4.3. Como ocorre o processo de inclusão de estudantes com deficiências na EJA:

Através das falas das docentes entrevistadas foi possível identificar como ainda é difícil o processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiências.

Suj.1: “No momento não temos uma escola inclusiva, se o professor não ficar atento, a escola torna se exclusiva”.

Suj. 2: “Com a participação nas atividades”.

Suj.3: “O processo é lento, porém aos poucos se percebe os avanços no dia a dia”.

Suj.5: “Faço atividades diferenciadas para o aluno com deficiências com o assunto trabalhado para toda a sala, para que ele possa acompanhar o assunto dado e assim participar de todo o processo de aprendizagem junto a seus colegas”.

A inclusão deve ser de forma que contemple a todos os estudantes, não apenas os alunos com deficiências, a escola deve criar ações para atingir os alunos e garantir a participação dos estudantes nesse processo de inclusão, como criar atividades culturais que possam atingir todos (as), atividades diferenciadas, mas que contemplem os conteúdos trabalhados e que assim os estudantes possam interagir entre si, fortalecendo assim os conhecimentos recebidos na construção das atividades

Precisamos repensar as práticas pedagógicas e buscar metodologias para enriquecer o currículo permitindo que o ensino transforme a realidade dos estudantes e proporcione mudanças de atitudes, inserindo-os de fato de modo participativo na sociedade.

Ainda nos dias de hoje, encontramos uma escola que trabalha a integração onde, pessoas com deficiências se adaptam as realidades dos modelos que já existem na sociedade, fazendo apenas ajustes. Para que haja a inclusão é a sociedade que deve se adaptar em atender as necessidades das pessoas com deficiências e, com isso, se tornar mais atenta às necessidades de todos (as).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da legislação brasileira reconhecer a EJA como modalidade de ensino para as pessoas com necessidades especiais como um direito à educação, percebe-se que o acesso a serviços e recursos, ainda é frequentemente negado.

Ainda fazendo referência à EJA identificamos que é grande o número de estudantes da Educação de jovens e adultos com deficiências que não tiveram acesso a uma educação básica, por isso a existência de grande esforço de todos (as) comprometidos (as) com essa modalidade em requerer a inclusão desses sujeitos.

Esse direito não se reduz em apenas colocar o/a estudante com deficiência dentro da escola, precisa-se garantir que ele participe e que de fato ampliem seus conhecimentos. Ser educador (a) nesta modalidade se torna um desafio, uma vez que eles se veem sem apoio. Defendemos que se de fato houver políticas públicas para esse segmento, comprometimento e investimento de gestores, docentes com a denúncia, a luta e a busca constante de estratégias adequadas para atender e acolher os (as) estudantes com necessidades especiais acreditamos que a inclusão escolar possa ocorrer.

As escolas dos sujeitos entrevistados não apresentaram condições de receber estudantes com necessidades especiais e assim eles continuam excluídos de todo o processo de ensino-aprendizagem e social, causando frustração e fracasso, dificultando o processo de inclusão.

No enfoque pedagógico as professoras enfatizam a ausência de suas capacitações para trabalhar com jovens e adultos com necessidades especiais, sem treinamento especializado elas se sentem desqualificadas, ocorrendo também como obstáculo à carência de recursos didáticos, estando estas profissionais em busca constante de criar estratégias metodológicas direcionada a este grupo.

Concluimos que para o processo de inclusão escolar é preciso que ocorra uma transformação no sistema de ensino que venha beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as

suas deficiências e limitações. É necessário que haja investimentos na formação dos docentes, utilizando currículos e metodologias flexíveis, levando em consideração a singularidade de cada aluno (a). Respeitar as diferenças significa que não devemos ensinar a todos de forma homogênea.

Jamais haverá inclusão se a sociedade de sentir no direito de escolher quais os deficientes poderão ser incluídos. É preciso que as pessoas com deficiências falem por si mesmas, pois sabem do que precisam, e sejam respeitadas como qualquer outro cidadão. Não basta só ouvi-los (as) é necessário propor e desencadear ações que venham a modificar e orientar a forma de se pensar no processo de inclusão escolar.

Existem poucas pesquisas voltadas à inclusão de estudantes com necessidades especiais. Apontamos que é preciso ampliar tais estudos que contemplem ações necessárias para a inclusão escolar, compreendendo que é dever do Estado garantir o Direito à educação para todos os sujeitos, sem nenhum tipo de distinção, sendo esse um dos princípios básicos do respeito às diferenças.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Valdo. *Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos*. Petrópolis: Vozes, 2006.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer 11/2000. Brasília, 2000.

BRASIL. LEI 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, 1991.

BRASIL. LEI 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 2/ 2001. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de set. 2001.

CARVALHO, Edler Rosita. *Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"*. 10 ed. Porto Alegre: ed. Mediação, 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

ENS, R. T. Significados da pesquisa segundo alunos e professores de um curso de Pedagogia. 2006, 138f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.

LIMA, Francisco José de. "Ética e Inclusão: o status da diferença". In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et. al. (orgs.). *Inclusão: Compartilhando Saberes*. Petrópolis: ed. Vozes, 2006.

LIMA, P. A. *Educação Inclusiva e igualdade social*. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos*, Bauru, v. 2, p. 10, 2004. Disponível em:

<https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NALLIN, Araci. *Reabilitação em instituição: suas razões e procedimentos. Análise e representação do discurso*. Brasília: CORDE, 1994.

OLIVEIRA, Patrícia de. A inclusão de jovens e adultos com deficiência intelectual na EJA comum: acolhimento e pertencimento. *VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*. Londrina, nov. 2013. disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-045.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

PEDAGOGIA AO PÉ DA LETRA. *EJA: Educação de Jovens e Adultos, Um Breve Histórico*. Disponível em: <<http://pedagogiaaopedaletra.com/eja-educacao-de-jovens-e-adultos-um-breve-historico/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

PORTAL DA EDUCAÇÃO SÃO BERNARDO DO CAMPO. *O que é o Atendimento Educacional Especializado*. Disponível em: <<http://www.educacao.saobernardo.sp.gov.br/index.php/secretaria/educacao-especial/1668>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. "A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional". In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs). *Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula*. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Maria Luísa Sprovieri. "Perspectivas da Educação Inclusiva: algumas reflexões". In: RIBEIRO, Maria Luísa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.) *Educação Especial: do querer ao fazer*. São Paulo: Avercamp, 2003.

SALAMANCA. Declaração sobre Princípios, Políticas e Prática em educação Especial. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Integração e Inclusão: do que estamos falando? *Temas sobre Desenvolvimento*, v.7, n.39. P.8.1998.

TAVEIRA, C.C. Representações sociais de professores sobre a inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2008.